



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

20 de outubro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017	<i>OL</i>
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



Malrinete Gralhada

BOM JARDIM: Ação do MPMA leva à condenação de ex-prefeita e outras 3 pessoas por crimes eleitorais

PÁGINA 3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Informe JP</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017	<i>03</i>
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Condenações em Bom Jardim

A Justiça condenou a ex-prefeita Malrinete dos Santos Matos (conhecida como Malrinete Gralhada), Rejane Kelman Cutrim Sousa (irmã de Malrinete), Raíssa Gabriele Cutrim Sousa (sobrinha da ex-prefeita) e Alcione da Silva Martins (genro) pelos crimes de "boca de urna" e corrupção eleitoral. Rejane, Raíssa e Alcione foram flagrados pela polícia, na madrugada do dia das eleições de 2016 – nas quais Malrinete Gralhada concorria à reeleição –, em um carro parado no bairro Santa Clara, cercado por cerca de 20 pessoas.

No veículo a polícia encontrou R\$ 900 escondidos no banco do motorista, outros R\$ 200 com Rejane, além de muitos 'santinhos' de Malrinete.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017 <i>OL</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**Justiça afasta
prefeito de Olho
d'Água das Cunhãs
por irregularidades**
PÁGINA 5



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>hora Extra</i>
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20/10/2017 <i>05</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Justiça determina o afastamento do prefeito de Olho d'Água das Cunhãs

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, contido em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, a Justiça determinou, em 10 de outubro, o afastamento liminar do atual prefeito de Olho d'Água das Cunhãs, Rodrigo Araújo de Oliveira.

A medida foi motivada por inúmeras irregularidades constatadas no procedimento licitatório nº 29/2016, destinado à contratação de empresa para limpeza pública e coleta de resíduos não perigosos. Propôs a manifestação ministerial a promotora de justiça Gabriele Gadelha Barboza de Almeida. A decisão foi assinada pelo juiz Galtieri Mendes de Arruda.

A Justiça também afastou José Rogério Leite de Castro (presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL), Fredson Barbosa Costa (secretário municipal de Finanças), Francisco da Silva Leal Filho (chefe de Tributação e Cadastro), Cícero Alves Lima, Thales Freitas dos Santos e José Ribamar da Costa Filho (procurador do município) dos cargos que ocupam na administração municipal.

Igualmente foi decretada a indisponibilidade dos bens dos réus até o limite de R\$ 630 mil. Foi determinada, ainda, a suspensão de forma parcial da execução do contrato nº 007/2017, relativo ao pregão presencial nº 29/2016, determinando que todos os pagamentos relativos ao do-

Foto: Naal Reis/Secap



Prefeito de Olho d'Água das Cunhãs Rodrigo Oliveira com o governador Flávio Dino

cumento sejam depositados judicialmente até posterior deliberação, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.

IRREGULARIDADES - Em 18 de dezembro de 2016 o MPMA iniciou a apuração de supostas irregularidades nos pregões presenciais de números 027 a 035/2016. Primeiramente, foi atestado que os editais licitatórios não constavam na página do Município de Olho d'Água das Cunhãs, desrespeitando os deveres de transparência e publicidade.

Duas Recomendações foram expedidas para o Município. Uma para a suspensão dos pregões presenciais e outra para a republicação e correção dos editais.

Apesar de o Município ter prometido suspender as licitações, os procedimentos continuaram, com nova nu-

meração, mantendo os mesmos vícios iniciais.

Outro detalhe é que, apesar dos problemas, o procurador do Município, José Ribamar da Costa Filho, emitiu parecer jurídico, garantindo a legalidade das licitações.

Sobre o pregão presencial nº 29/2016, cuja numeração foi alterada para nº 03/2017, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça constatou, entre outras irregularidades, ausência no processo de justificativa da necessidade para a contratação do objeto de licitação, ausência de informação do saldo da dotação orçamentária, imprecisão e insuficiência na informação sobre o objeto do certame e ausência de pesquisa de preço para estimar o valor a ser contratado pela administração.

Três empresas foram classi-

ficadas para o final do certame, mas foram consideradas inabilitadas. Todas entraram com recurso contra a comissão licitante. No entanto, mesmo antes do julgamento dos processos, a Construtora SG LTDA-ME foi declarada vencedora, tendo assinado com o Município o contrato nº 007/2017, no valor de R\$ 630 mil.

O procurador do Município teria modificado, por ofício, a decisão da comissão licitante, habilitando a referida empresa. O certame foi homologado no dia 20 de janeiro de 2017.

A investigação do MPMA apontou, ainda, que a sede da empresa vencedora localizava-se em um quarto residencial. Além disso, a construtora não possuía nenhum funcionário, tampouco equipamentos ou veículos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

BOM JARDIM

Ação do MPMA leva à condenação de ex-prefeita e outras três pessoas por crimes eleitorais

Com base em uma Ação Penal Eleitoral proposta pelo promotor de justiça da 78ª Zona Eleitoral, Fábio Santos de Oliveira, a Justiça condenou a ex-prefeita Malrinete dos Santos Matos (conhecida como Malrinete Gralhada), Rejane Kelman Cutrim Sousa, Raíssa Gabriele Cutrim Sousa e Alcione da Silva Martins pelos crimes de "boca de urna" e corrupção eleitoral.

Rejane Sousa (irmã de Malrinete Gralhada), Raíssa Sousa (sobrinha da ex-prefeita) e Alcione Martins (genro de Rejane Sousa) foram flagrados na madrugada anterior às eleições de 2016 – nas quais Malrinete Gralhada concorria à reeleição – em um carro parado no bairro Santa Clara, cercado por cerca de 20 pessoas. Dentro do veículo a polícia encontrou R\$ 900 escondidos no banco do motorista, outros R\$ 200 com Rejane Sousa, além de santinhos de Malrinete Gralhada e do candidato a vereador Marconi Mendes. Havia, ainda, papéis com promessas eleitorais de fornecimento de bens e serviços.

Para o promotor Fábio de Oliveira, os crimes foram praticados "com o nítido objetivo de descumprir as determinações legais e corromper os eleitores desta Municipalidade, oferecendo-lhes dinheiro ou prometendo-lhes o cumprimento de diversas vantagens ou benefícios, devidamente descritos na xerocópia do caderno de anotações".

Todos os envolvidos foram condenados à pena de

um ano de reclusão e seis meses de detenção, substituída por penas restritivas de direito. Dessa forma, Rejane Kelman Cutrim Sousa, Raíssa Gabriele Cutrim Sousa e Alcione da Silva Martins deverão pagar o equivalente a cinco salários mínimos a projeto ou instituição determinado pela Justiça. Além disso, estão proibidos, por um ano e seis meses, de frequentar bares, festas ou qualquer outro lugar público em que seja servida bebida alcoólica.

Eles foram condenados, ainda, ao pagamento de cinco dias-multa (cada dia-multa equivale a 1/30 do salário mínimo vigente), além de multa de 5 mil Ufr (Unidade Fiscal de Referência). O mesmo pagamento deverá ser feito por Malrinete Gralhada. Sua pena restritiva de direitos, no entanto, é diferente da aplicada aos demais.

A ex-prefeita de Bom Jardim deverá pagar o equivalente a 50 salários mínimos a projeto ou instituição determinada pelo Poder Judiciário, além de prestar serviços à comunidade, em entidade a ser indicada, pelo prazo de um ano e seis meses.

Na sentença, o juiz Raphael Leite Guedes ressalta que as "anotações encontradas dentro do veículo tinham compromissos que somente ela, como então prefeita municipal, poderia cumprir, tal como pagar salários atrasados, o que demonstra que a referida acusada era a autora intelectual do crime de corrupção eleitoral e boca de urna".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	<i>06</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Olho d'Água das Cunhãs

Determinado afastamento do prefeito por irregularidades em licitação

DIVULGAÇÃO

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, contido em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, a Justiça determinou, em 10 de outubro, o afastamento liminar do atual prefeito de Olho d'Água das Cunhãs, Rodrigo Araújo de Oliveira.

A medida foi motivada por inúmeras irregularidades constatadas no procedimento licitatório nº 29/2016, destinado à contratação de empresa para limpeza pública e coleta de resíduos não perigosos. Propôs a manifestação ministerial a promotora de justiça Gabriele Gadelha Barboza de Almeida. A decisão foi assinada pelo juiz Galtieri Mendes de Arruda. A Justiça também afastou José Rogério Leite de Castro (presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL), Fredson Barbosa Costa (secretário municipal de Finanças), Francisco da Silva Leal Filho (chefe de Tributação e Cadastro), Cícero Alves Lima, Thales Freitas dos Santos e José Ribamar da Costa Filho (procurador do município) dos cargos que ocupam na administração municipal.

Igualmente foi decretada a indisponibilidade dos bens dos réus até o limite de R\$ 630

mil. Foi determinada, ainda, a suspensão de forma parcial da execução do contrato nº 007/2017, relativo ao pregão presencial nº 29/2016, determinando que todos os pagamentos relativos ao documento sejam depositados judicialmente até posterior deliberação, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.

IRREGULARIDADES

Em 18 de dezembro de 2016 o MPMA iniciou a apuração de supostas irregularidades nos pregões presenciais de números 027 a 035/2016. Primeiramente, foi atestado que os editais licitatórios não constavam na página do Município de Olho d'Água das Cunhãs, desrespeitando os deveres de transparência e publicidade.

Duas Recomendações foram expedidas para o Município. Uma para a suspensão dos pregões presenciais e outra para a republicação e correção dos editais.

Apesar de o Município ter prometido suspender as licitações, os procedimentos continuaram, com nova numeração, mantendo os mesmos vícios iniciais.



O prefeito Rodrigo Araújo de Oliveira foi acusado por improbidade administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	Estado
DATA	20 / 10 / 2017	06	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA pede solução de irregularidades na Rede Municipal de Saúde Mental em Imperatriz

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) encaminhou, em 9 de outubro, ao prefeito de Imperatriz, Francisco de Assis Ramos, e ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista, uma Recomendação, pedindo a solução das irregularidades verificadas em uma inspeção realizada, em 22 de setembro, nos Centros de Atenção Psicossocial III e AD III - Álcool e outras Drogas.

Localizados no Complexo de Saúde do Parque Anhanguera, os dois Centros são parte da Rede Municipal de Saúde Mental de Imperatriz.

A Recomendação foi formulada pelo promotor de justiça de Saúde de Imperatriz, Newton de Barros Bello Neto.

IRREGULARIDADES

Foram observadas paredes com infiltração e mofo; janelas e bebedouro enferrujados; colchões e roupas de cama em estado precário e arquivos de prontuários e cilindros de gás de cozinha armazenados indevidamente.

As irregularidades constatadas incluem banheiros interditados e em estado precário; centrais de ar com funcionamento insatisfatório, além da falta de refeitório estruturado.

Além do desvio de funções de servidores, há escassez de psiquiatras. Uma enfermeira e uma nutricionista, com experiência em tratamento de saúde mental, foram colocadas à disposição da Secretaria de Saúde de

Imperatriz (Semus), desfalcando o quadro de profissionais dos dois CAPs.

Outros problemas constatados pelo MPMA foram o número reduzido de pessoal, a falta de alimentação e a ocorrência de assédio moral e nepotismo.

RECOMENDAÇÃO

Na Recomendação nº102/2017, o MPMA pede o retorno, em 15 dias, das duas profissionais colocadas à disposição da Semus aos cargos. Caso não providenciem o retorno, os dois gestores devem justificar o motivo ao Ministério Público.

No prazo de 30 dias, devem ser informadas as providências tomadas para resolver as irregularidades constatadas na vistoria.

"Em 15 dias, o prefeito e o secretário devem manifestar-se sobre o cumprimento da Recomendação. A omissão no envio de resposta no prazo será considerada como recusa, motivando a adoção das medidas legais pertinentes", alerta o representante do MPMA, no documento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	<i>01</i>	

MP É CONTRA, TJ É A FAVOR

JUSTIÇA MANTÉM “GAIOLÃO” EM BARRA DO CORDA, MAS EM ICATU A POPULAÇÃO NÃO ESPERA JUSTIÇA

Agora lascou! O Ministério Público do Maranhão ajuizou junto ao Tribunal de Justiça pedido para acabar com os “gaiolões” em Barra do Corda. Mas o Tribunal de Justiça do MA negou o pedido de extinção da “jaula”. Já no município de Icatu, a população não esperou o MP, muito menos TJ para acabar com a “jaula”. Isso ainda vai dar muito pano pra manga.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

JUSTIÇA SEJA FEITA

Negado pedido de interdição do “gaiolão” de Barra do Corda

A Justiça do Maranhão negou em agosto deste ano um pedido de liminar contra o Estado do Maranhão ajuizado pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e Defensoria Pública Estadual (DPE) que solicitava a interdição total da cadeia pública de Barra do Corda, a 462km de São Luís, onde foi encontrado um gaiolão que abrigava presos.

O pedido foi negado em agosto pelo juiz Antonio Elias de Queiroga Filho, titular da 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda. De acordo com o juiz nenhum dos documentos apresentados, a título de emenda inicial foram juntados. O magistrado reconhece a notoriedade dos fatos, mas entende como ausente os requisitos de antecipação da tutela.

“Nenhum dos documentos, a título de emenda da inicial, foram juntados. A notoriedade dos fatos, ainda que conhecida por este magistrado, não dispensa a produção de provas, mesmo aquelas que os autores alegam ter já na inicial. Portanto, entendendo por ausentes os requisitos da antecipação da tutela, conforme pleiteado”, afirma o magistrado.

Além do pedido de interdição total da Cadeia Pública,



O pedido foi negado em agosto pelo juiz Antonio Elias de Queiroga Filho

o MP pediu do Poder Judiciário em maio a proibição de entrada de novos detentos, fornecimento de água potável, condenação do Estado do Maranhão a fornecer atendimento médico e odontológico a todos os custodiados e a implantar programa permanente de limpeza e desinfecção das celas.

Também foi pedida a condenação do Estado do Maranhão a realizar, no prazo de 90 dias, a reforma das quatro celas da carceragem (ou construir outras celas e criar mais vagas), sob pena de pa-

gamento de multa diária de R\$ 5 mil, restaurar as instalações sanitárias e elétricas do imóvel.

A Defensoria Pública entrou com ação civil pública em maio para pedir a interdição da delegacia regional de Barra do Corda. Em 19 de maio, o juiz Antonio Elias de Queiroga Filho, em despacho, sustentou que a ação civil era “medida extrema”. Antes, seria necessário que a Defensoria tivesse adotado “outros mecanismos de solução prévia de conflitos”, como inquérito civil público, audiências públi-

cas, entre outros.

Em agosto, o juiz declarou no processo: “A notoriedade dos fatos, ainda que conhecida por este magistrado, não dispensa a produção de provas”.

A situação de precariedade ganhou repercussão nacional após a morte do comerciante Francisco Edinei Lima Silva que foi mantido, sob o sol, em uma cela improvisada ao ar livre, conhecida como “gaiolão”. Ele ficou preso após se envolver em um acidente automobilístico.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Clima ferve na Bancada Federal

Maranhão ameaçado de perder R\$ 160 milhões em emendas por imposição esdrúxula de senadores

O Maranhão pode ficar sem R\$ 160 milhões em emendas parlamentares caso os três senadores Edison Lobão (PMDB), João Alberto Sousa (PMDB) e Roberto Rocha (PSDB) cumpram a promessa de não assinarem a proposta de emenda impositiva da bancada maranhense, caso não sejam os beneficiários de 50% dos recursos. Até o fechamento desta edição a proposta havia sido assinada por 16 deputados federais.

Além de reivindicarem os R\$ 80 milhões da emenda de bancada (50%), os peemedebistas Lobão, João Alberto e o tucano Roberto Rocha propuseram aos parlamentares que não destinem verba para a Saúde via governo Flávio Dino (PCdoB). Assinaram, também, um ofício e enviaram ao coordenador da Bancada Federal, Rubens Júnior (para que encaminhe à Secretaria de Planejamento) solicitando que seja retirada parte dos recursos destinados à instalação do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) no Maranhão e destinada a obras que estão sendo executadas no estado por uma construtora do empresário Luciano Lobão, filho do senador Edison Lobão.

METADE DA EMENDA

Segundo deputados ouvidos pelo Jornal Pequeno, os três senadores maranhenses estão exigindo metade dos R\$ 160 milhões de emendas impositivas que cabem à bancada maranhense na Câmara e Senado. O prazo para apresentação das emendas encerra-se hoje (dia 20) e o trio se recusa a assinar a proposta. A bancada precisa de duas assinaturas dos três senadores. A

exigência feita por Lobão, João Alberto e Roberto, de ficarem com 50% do valor da emenda de bancada, além de jamais ter existido, equivale a dizer que um senador vale seis deputados federais, informaram os parlamentares ouvidos pelo JP. Os deputados federais já recorreram ao presidente da Fajem, Cleomar Tema; aos prefeitos e, segundo eles, ninguém demove o trio de senadores de exigir os R\$ 80 milhões dos R\$ 160 milhões destinados à bancada do Maranhão no Congresso Nacional.

No vizinho estado do Piauí, a emenda impositiva é dividida igualmente pelos 13 parlamentares (10 deputados e três senadores). Um outro exemplo é o estado do Goiás, onde se divide por 20 (17 deputados e três senadores). Até essa sexta-feira, dia 20, muita confusão pode acontecer na bancada maranhense na repartição dos R\$ 160 milhões da emenda de bancada.

SAÚDE

Informaram ainda os parlamentares ouvidos pelo JP que Lobão, João Alberto e Roberto Rocha não querem que os deputados federais do Maranhão destinem recursos da emenda de bancada para a Saúde, por meio do governo Flávio Dino. Ontem, Flávio Dino utilizou as redes sociais para se manifestar sobre a 'manobra' que os senadores e de deputados federais de oposição estão fazendo para descumprir acordo que ajudaria a saúde das prefeituras maranhenses. "Um absurdo que uma parte da bancada federal

negue uma emenda parlamentar e prejudique a saúde dos municípios, supostamente para me atingir", disse o governador. Flávio Dino disse ainda: "Declarei publicamente que os recursos oriundos de emenda da bancada federal para a saúde serão 100% repassados aos municípios. E o mais importante: é inadmissível que alguns senadores e deputados prejudiquem a população para supostamente me atingir". Em nota, o senador Edison Lobão negou que ele e seus dois colegas de bancada tentem prejudicar as prefeituras maranhenses. "Os parlamentares não arrecadam recursos nem são gestores de tais meios financeiros. Eles pedem, solicitam e subscrevem as emendas parlamentares demonstrando total interesse de ajudar os municípios", disse Lobão.

EDUCAÇÃO

Outra polêmica envolve as emendas de 2016. Ano passado, a bancada federal do Maranhão na Câmara definiu como uma das prioridades para proposta de emenda a construção do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no Maranhão. Assim, os deputados federais destinaram recursos para a instalação do laboratório do instituto, com a aquisição de equipamentos. Agora, segundo os parlamentares, os senadores Lobão, João Alberto e Roberto Rocha assinaram um ofício e encaminharam ao coordenador da bancada, Rubens Júnior (para que encaminhe ao Planejamento) propondo uma outra destinação para parte desses recursos. Em vez do ITA, o dinheiro seria destinado

a obras nas BRs 135 (trecho Entroncamento-Miranda) e 226 (Baú, em Caxias, a Timon), que estão sendo executadas por uma construtora do empresário Luciano Lobão, filho de Lobão. Segundo deputados federais que estão reclamando, o trio senatorial, "sempre ausente nas reuniões da bancada maranhense no Congresso Nacional", quer transformar a emenda da construção de uma escola do ITA em Alcântara - proposta pelo deputado José Reinaldo Tavares - e entregar à construtora Hytec-Construções, Terraplenagem e Incorporações Ltda, alegando que o ITA não precisa "de tanto recurso".

Segundo eles, a construtora do filho do senador Lobão tem um histórico de deixar obras pela metade ou abandoná-las, como aconteceu no PAC Vila Cafeteira, em Imperatriz; nas obras de pavimentação do polo Coroadinho, em São Luís, e na MA-323. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) precisou rescindir o contrato da HYTEC-Construções quando era uma das empresas responsáveis pela conservação e manutenção da BR-135, lembraram os parlamentares.

A construtora Hytec também desistiu da obra de pavimentação da BR 226, nos 100 quilômetros que ligam a cidade de Timon ao município de Presidente Dutra. "É para essa empresa do filho do peemedebista Edison Lobão que querem transferir o dinheiro da emenda para construção do ITA", disse ao Jornal Pequeno um dos parlamentares indignados com a atitude dos senadores do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	03	

Governo troca concurso por empregos na Emserh

Flávio Dino encaminhou projeto de lei para a Assembleia Legislativa que dispõe sobre a criação das vagas; aprovado não terá status de servidor público

RONALDO ROCHA
Da edição de Política

O governador Flávio Dino (PCdoB) encaminhou Projeto de Lei 270/2017 para a Assembleia Legislativa do Maranhão, que dispõe sobre a criação de vagas empregos no quadro efetivo da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (Emserh).

O seletivo, que cria 1 mil vagas para a empresa, substitui o concurso público para a Saúde prometido pelo comunista durante a campanha eleitoral e exercício do mandato de chefe do Executivo.

O projeto deve ser alvo de embaite entre a oposição e a bancada governista na próxima semana.

Isso porque são assegurados ao servidor público de qualquer uma das esferas (federal, estadual ou municipal) regimento por uma lei própria, estatuto jurídico, sistema previdenciário e outros benefícios.

Já com o seletivo sugerido por Dino em projeto de lei, o aprovado ocupará posto de empregado público, regido pela CLT, sem estabilidade assegurada.

Nas redes sociais, profissionais de algumas das categorias contempladas no seletivo reagiram ao



Emserh vai contratar servidores sem vínculo formal com o governo

projeto de lei.

Uma das reclamações diz respeito aos vencimentos fixados pelo Poder Executivo.

Numa comparação com o último concurso para a Saúde no Maranhão, realizado pela Ebserh para o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2013, houve uma discrepância em relação aos salários.

No seletivo para a Emserh, o governador Flávio Dino definiu salário base para Enfermeiro Especialista, por exemplo, no valor de R\$ 2.500,00.

No último concurso público para o Hospital Universitário, o valor para Enfermeiro generalista (assistencialista) – ou seja, sem a exigência de especialização –, foi de R\$ 5.025,00.

O valor oferecido no projeto de lei do Governo do Maranhão para Técnico em Enfermagem é de R\$ 1.000,00.

Já no concurso para o Hospital Universitário, realizado há cerca de 4 anos, o salário para Técnico em Enfermagem foi de R\$ 2.445,00.

O projeto de lei encaminhado por Dino para a Assembleia Legis-

lativa também fixou os vencimentos de Odontólogo, Nutricionista, Fisioterapeuta, Farmacêutico, Terapeuta Ocupacional e Bioquímico, em R\$ 2.500,00.

Outro lado

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) comunica que será aberto concurso público para o quadro efetivo da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (Emserh), com todas as garantias inerentes a um servidor público concursado.

A SES diz que, diferentemente do sistema de educação e de segurança pública, a prestação de serviços na Saúde não se dá mais diretamente pelo Estado, mas por meio de Organizações Sociais e da própria Emserh, que possuem a gestão das unidades de saúde.

"Por não mais prestar diretamente o serviço, não faz sentido a existência de concurso público para ocupar vagas no quadro da Secretaria de Saúde", diz o documento.

Quanto ao valor do salário-base, segundo a nota, segue os parâmetros praticados no mercado.

O último concurso público realizado pelo Governo do Estado para a área da saúde aconteceu há 25 anos. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	06	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Projeto de revitalização do Rangedor terá impactos ambientais

Espécies animais e vegetais podem ser dizimadas de área ambiental com obra do Governo do Maranhão, que prevê espaços esportivos e de convivência

O projeto divulgado no início deste mês pelo Governo do Maranhão e que prevê a inclusão de piscinas e estacionamentos na área do Parque Estadual Sítio do Rangedor, em São Luís, é um risco para a manutenção de espécies animais e vegetais ali existentes. A preocupação de ambientalistas e de representantes de entidades de proteção e com o impacto, a partir do início das obras, em um dos considerados últimos remanescentes florestais pré-amazônicos em São Luís.

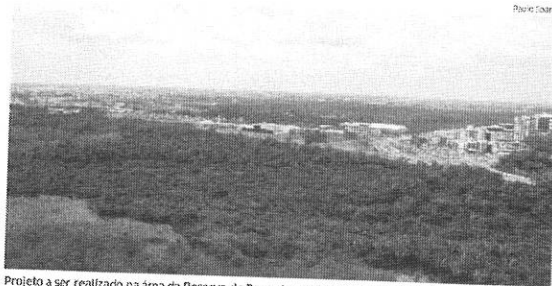
Em um espaço de pouco mais de 126 hectares do Parque do Rangedor, é possível por exemplo encontrar representantes de espécies como o macaco capujubê e o tamarandá-mirim. Com as obras a manutenção destas animais na área seria impossível, já que eles dependem do espaço para sobreviver. "São espécies consideradas importantes e que, com as obras, estarão seriamente ameaçadas", disse o advogado Diego Guagliardo, que chamou a atenção para o problema por meio das redes sociais.

De acordo com o advogado, a promessa do Governo de que a desflorestação não será efetuada não procede, já que o projeto - cuja licença de serviço foi assinada pelo governador do Estado, Flávio Dino (PCdoB) em 23 de setembro deste ano - aponta que as intervenções seriam feitas em áreas consideradas "intactas" o que, por essa razão, deveriam ser preservadas. "Não há garantia alguma do Governo do Maranhão de que este projeto não trará danos à natureza. Pelo contrário, há mais sinais claros de que várias espécies serão prejudicadas em uma das poucas áreas verdes da cidade", disse Guagliardo.

Ele afirmou ainda que está mobilizando via redes sociais outros cidadãos para que protocolem na Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semma) um pedido de audiência pública, com o objetivo de discutir de forma aprofundada o projeto do Parque do Rangedor. Como um Governo que se diz democrático não discute uma questão tão séria como esta com a sociedade?", frisou o advogado.

Projeto

De acordo com o Governo, o projeto de revitalização do Rangedor custará aos cofres públicos R\$ 19 milhões e prevê a inclusão de estacionamentos, pistas de caminhada, ciclovia, quadras poliesportivas e espaços de convivência. Segundo o Governo, as obras deverão ter sido iniciadas no dia 2 deste mês, no entanto, até o momen-



Projeto a ser realizado na área da Reserva do Rangedor pode causar danos ao meio ambiente no local

SAIBA MAIS

Além de espécies animais, o Sítio do Rangedor também possui palmeiras protegidas por lei, dentre elas, o ariri (arecaceae), o buriti e o babaçu. Antes do projeto, o Governo cercou toda a área do Sítio do Rangedor e, em agosto deste ano, entregou esta etapa em ato solene no local. Em 2013, mais de 43 mil mudas de plantas foram fixadas na área do Rangedor como uma contrapartida ambiental após a retirada de boa parte de área verde para a construção das instalações atuais da

Assembleia Legislativa do Maranhão. Mesmo assim, especialistas em preservação ambiental afirmaram, à época, que mesmo com a plantação de mudas, o prejuízo ao meio ambiente a partir da construção da nova sede do Legislativo Estadual seria "irreversível". Por meio da Lei Estadual nº 10.455/2016, aprovada na própria Assembleia, o Rangedor passou a configurar na categoria de parque ambiental, que, de acordo com o texto, poderia receber qualquer tipo de "intervenção".

to, nenhuma máquina foi observada na área de proteção ambiental.

Outro lado

Sobre as obras de construção do Parque Rangedor, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semma) informou que "o Sítio do Rangedor foi uma Estação Ecológica, mas devido à quantidade de áreas que sofriram ataques com queimadas criminosas, despojo de lixo e prática ilegal de caça, o Governo do Maranhão, por meio da Lei Estadual nº 10.455/2016, aprovada pela Assembleia Legislativa, estabeleceu uma nova categoria ao local: a de Parque Ambiental, que agora pode receber as intervenções nas áreas identificadas como degradadas".

De acordo com a Semma, "a estratégia de resgate ambiental do Sítio Rangedor iniciou em outubro e a fase executada neste primeiro momento é de medição topográfica de toda a área. Com a finalidade de recuperar partes degradadas, com o plantio de árvores nativas, e priorizar o uso do espaço pela população". A pasta informou que "no estudo referente aos recursos hídricos, foram mapeadas oito nascentes na área, em dois leitos, que serão preservadas com a futura obra.

Pelos estudos, foram identificados ainda mais de dez quilômetros de trilhas que proporcionarão opções de passeios aos visitantes". Por fim,

a Semma esclarece que será mantida uma linha de proteção permanente (APP) em volta dos riachos existentes. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA	20 / 10 / 2017	<i>03</i> () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Afastamento

Uma ação popular pede o afastamento da prefeita de Zé Doca, Josinha Cunha (PR), irmã do deputado estadual Josimar de Maranhãozinho (PR).

O processo versa sobre suspeita de irregularidade na contratação de uma TV local pela Prefeitura.

Além do valor, R\$ 120 mil por mês, chama atenção o fato de que o endereço da TV é o mesmo de uma empresa que teve Josinha como sócia até 2015, diz a ação.

De volta

Por falar em Zé Doca, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decidiu que os vereadores eleitos Miguel Barros, Pavão e Marcos Paulo, devem assumir seus mandatos na Câmara Municipal.

A decisão foi tomada por quatro votos a um e representa uma derrota do grupo do deputado Josimar de Maranhãozinho e da prefeita Josinha Cunha.

Eles tentaram anular a eleição dos vereadores que apoiaram a candidatura do professor Zé Costa (PT).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

São Luís é 1ª do ranking no Brasil em casos de hanseníase em crianças

Projeto inovador para o enfrentamento da doença é realizado no Maranhão para reduzir números; ação é promovida pelo Ministério da Saúde e parceiros

São Luís é a primeira cidade no ranking em números de casos novos de hanseníase em crianças em relação ao restante do país, de acordo com o Ministério da Saúde, seguido de Recife e Olinda. São José de Ribamar está no 29º lugar, Paço do Lumiar no 61º, Alcântara no 435º e Raposa é o 1.690º no ranking. Para tentar reduzir estes números, será realizado nesses municípios maranhenses o projeto *Abontagens Inovadoras*, que intensifica esforços para um Brasil livre da hanseníase.

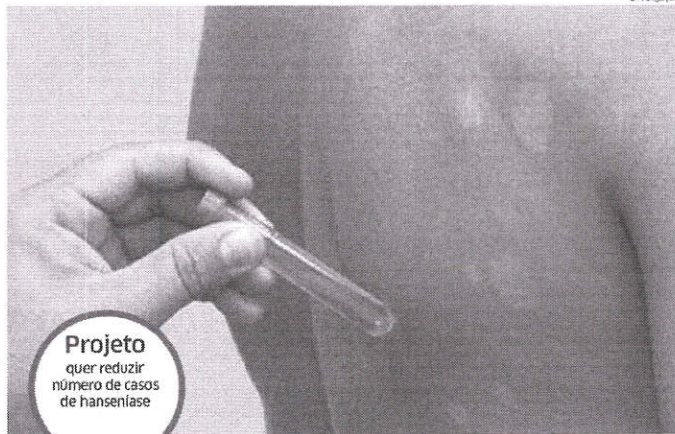
Ação, que se inicia na semana de 23 a 28 de outubro e busca reduzir a carga de hanseníase nessas cidades, é uma parceria do Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), com apoio da Fundação Nippon do Japão, com duração de três anos (2017/2019).

No total, o projeto será realizado em 20 cidades de seis estados brasileiros que estão entre as que registraram maior número de casos novos da doença, geral e em menores de 15 anos, em 2015. Além de apresentarem elevado número de casos novos em crianças, os municípios participantes do projeto foram selecionados pela disponibilidade de serviços, de profissionais de saúde e intervenção pedagógica.

Objetivo do projeto é diminuir a carga de hanseníase nas cidades selecionadas, com a ampliação do trabalho da detecção de casos novos; promoção da educação permanente para os profissionais da Atenção Primária à Saúde; fortalecimento dos centros de referência; redução da proporção de casos novos com Grau 2 de incapacidade física - G1F2 (como garras em mãos e/ou pés e atrofia muscular), por meio do diagnóstico precoce e ações de prevenção de incapacidades, e enfrentamento do estigma e da discriminação contra as pessoas acometidas pela doença.

Ações do projeto

O projeto será conduzido por um núcleo de 27 equipes de especialistas nas áreas de Clínica Geral, Prevenção de Incapacidades e Mobilização Social, além de três coordenadores, sendo um coordenador para cada área: o Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL) para clínica, tratamento e manejo de reações da



SAIBA MAIS

Municípios selecionados para fazer parte do projeto: São Luís, Recife, Olinda, Marabá, Teresina, Cuiabá, Jaboatão dos Guararapes, Palmas, Belém, São José de Ribamar, Araguaína, Cabo de Santo Agostinho, Paço do Lumiar, Gurupi, Porto Nacional, Paulista, Florianópolis, Parnaíba, Alcântara e Raposa

doença; a Coordenação-Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação (CGHDE/DEVI/SVS/MS) para a prevenção de incapacidades; a CGHDE e o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) para as ações sobre o envolvimento das pessoas acometidas pela doença na comunidade. Haverá também um coordenador municipal para o acompanhamento das atividades em nível local.

Os especialistas terão o compromisso de ir a campo para a atualização dos profissionais da saúde que atuam na Atenção Básica dos 20 municípios, quanto à teoria e prática do diagnóstico, tratamento, prevenção de incapacidades em hanseníase, além de ações que promovam a prevenção do estigma e da discriminação. Cada equipe de especialistas,

A DOENÇA

A hanseníase é uma doença crônica, transmissível, de notificação compulsória e investigação obrigatória em todo o território nacional. Possui como agente etiológico o *Mycobacterium leprae*, capaz de infectar grande número de indivíduos (alta infectividade), apesar da baixa patogenicidade (poucos adoecem). Tem predileção pela pele e nervos periféricos, podendo cursar com surtos reacionais intercorrentes, o que lhe confere alto poder de causar incapacidades e deformidades físicas, principais responsáveis pelo estigma e discriminação às pessoas acometidas pela hanseníase.

A transmissão se dá por meio das vias aéreas superiores de uma pessoa doente sem tratamento para outra, pelo contato prolongado. O diagnóstico e o tratamento da hanseníase são ofertados pelo SUS, disponível nas unidades públicas de saúde. A doença exibe distribuição heterogênea no país, com registro de casos novos em todas as Unidades Federadas, e sua alta endemicidade compromete a interrupção da cadeia de transmissão. O enfrentamento da hanseníase baseia-se na busca ativa de casos novos para o diagnóstico precoce, tratamento oportuno, cura, prevenção das incapacidades e exame dos contatos, como forma de eliminar fontes de infecção, interrompendo a cadeia de transmissão da doença.

composta por três profissionais, será responsável pelas atividades em oito Unidades de Saúde durante cinco dias. Atenderão no mínimo 30 pacientes e conduzirão, ao fim desse processo, uma campanha que ocorrerá no sábado, com realização de exame dermatoneurológico para diagnóstico, avaliação para prevenção de incapacidades, além de atividades que alertam a população sobre os sinais e sintomas da doença.

Após a primeira semana de atualização, haverá uma reunião para avaliação e planejamento das próximas etapas previstas para o primeiro semestre de 2018. Ao final dos três anos, os resultados e impacto das ações realizadas nos 20 municípios serão analisados, visando à possibilidade de ampliação para outras cidades ou continuidade das atividades nos mesmos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

São Luís é líder em hanseníase em crianças no Brasil

A capital é a primeira no ranking de casos novos de hanseníase em crianças no país, segundo o Ministério da Saúde. Ação, a partir da segunda, 23, buscará reduzir a incidência da doença. CIDADES 5



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Nacional</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017	<i>07</i>
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Município de Presidente Sarney terá plebiscito para mudar de nome

Assembleia Legislativa aprovou consulta popular na cidade da Baixada; se mudança for decidida, município deve mudar nome para Pimenta do Maranhão

DIEGO EMIR
Especial para O Estado de S.Paulo

Basta acessar a internet: procurando “José Sarney” e “Maranhão” no campo de mapas, aparecem dezenas de ruas, praças, avenidas, escolas e até uma cidade – todas batizadas com o nome do ex-presidente. O número de homenagens, no entanto, já diminuiu. Sete escolas estaduais deixaram de levar o nome de Sarney desde que Flávio Dino (PC do B) assumiu o governo – e, agora, a cidade de Presidente Sarney (a 369 km de São Luís, na Baixada Maranhense) também pode mudar de nome. A Assembleia Legislativa

aprovou na terça-feira (17), a realização de um plebiscito para alterar a nomenclatura do município que homenageia o ex-presidente da República. De acordo com o projeto de Decreto Legislativo nº 009/2017 do deputado estadual Bira do Pindaré (PSB), aliado de Dino, o objetivo é regularizar o nome da cidade. Segundo o parlamentar, a Constituição proíbe que o nome de pessoas vivas seja atribuído a bens públicos de qualquer natureza. O que inclui municípios. Para Bira do Pindaré, a cidade deve se chamar Pimenta do Maranhão. “É preciso também devolver o nome original do povoado que deu início ao município, cujo nome era

Pimenta.” Com pouco mais de 17 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE, Presidente Sarney foi criada em 1994 pelo então governador José Ribamar Fiquene (morto em 2011, mas também nome de município maranhense desde 1994). A nova cidade foi desmembrada de Pinheiro, cidade natal de Sarney, e no ano passado tinha o pior Índice do Bem-Estar Urbano (Ibeu), criado pelo Observatório das Metrópoles. O deputado estadual Adriano Sarney (PV), neto do peemedebista, disse acreditar que o projeto é mais uma perseguição de Dino à sua família. “Eu acho que é uma proposta que tem influência do governador. Bira

nunca fez nada produtivo e agora ele inventa essa história de mudar nome de município. Mas eu acho que não vai haver mudança, o povo não quer trocar o nome.” Para que Presidente Sarney se torne Pimenta do Maranhão, a população deve aprovar a mudança em plebiscito, a ser realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) em data ainda não determinada. Além de José Sarney, o senador Edison Lobão (PMDB) também pode deixar de ser nome decidida. Desde 2013, tramita na Assembleia Legislativa projeto para mudar o nome do município de Governador Edison Lobão (a 666 km de São Luís, na região tocantina) para Ribeirãozinho.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	08	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça determina nulidade de reclassificação do Parque Estadual da Lagoa da Jansen

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha proferiu sentença na qual determina nulidade de Processo Administrativo de 2012 e de Decreto de 2012, do Estado do Maranhão, que reclassificou o Parque Estadual da Lagoa da Jansen. Relata a ação civil que o réu, contrariando o princípio da hierarquia das normas, revogou a Lei Estadual 4.878/1988 através do Decreto 28.690/2012, e promoveu a reclassificação do Parque Estadual da Lagoa da Jansen para Unidade de Proteção Integral em Unidade de Uso Sustentável permitindo, desse modo, o uso econômico das áreas particulares existentes em seu perímetro, inclusive edificações, dentre outras especificações. A sentença é assinada pelo juiz Douglas Martins, titular da unidade judicial.

Argumenta o autor da ação que a edição do referido decreto ocorreu de forma contrária à Constituição Federal, bem como foi realizado sem estudo prévio, tampouco mediante consulta popular, ferindo a Lei 9985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Já houve concessão de tutela antecipada nesse sentido. O Estado do Maranhão, em contestação, alegou, preliminarmente, a impossibilidade do uso da ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade e argumentou, no mérito, a legalidade do procedimento adotado, bem como a ausência de reclassificação da área da Lagoa da Jansen.

O Ministério Público Estadual, em réplica, argumentou que o réu não arguiu nenhuma das matérias previstas no CPC. Na audiência de instrução e julgamento designada foram ouvidas duas testemunhas. Ainda, no mesmo ato foram colhidas as alegações finais orais do autor. Posteriormente o Estado do Maranhão apresentou suas alegações finais. “O

presente processo tem como objeto da lide a declaração de nulidade de atos administrativos de efeitos concretos, em vista de supostas ilegalidades formais e materiais, e não acerca da constitucionalidade do feito (...) Desse modo, é admissível, no âmbito da Ação Civil Pública, o controle difuso de qualquer ato emanado do Poder Público com o objetivo de julgamento de uma específica e concreta relação jurídica, conforme a doutrina constitucional do Supremo Tribunal Federal”, destaca a sentença.

Para o juiz, no caso em questão, o Decreto 28.690, de 14 de novembro de 2012, que reclassifica o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen para Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa da Jansen traz em seu texto, mais especificamente no artigo 8º, a revogação expressa da Lei Estadual 4.878, de 23 de junho de 1988, a qual chama “equivocadamente” de decreto. “Além de ir contra o dispositivo supracitado, o referido ato administrativo se mostra também inadmissível na maneira que o foi feito, pois contraria a finalidade principal do Decreto, qual seja: a aplicação da lei”, entende ele, explicando que a Constituição Federal relata no Artigo 225 determina que qualquer alteração que seja feita em áreas protegidas deverá ser feita mediante lei.

E segue: “Desse modo, se uma unidade de conservação do grupo Uso Sustentável tiver sido criada mediante um decreto, a lei diz que a área poderá ser elevada ao grupo de Proteção Integral por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico, ou seja, por um decreto. Contudo, o contrário não se aplica, pois estaria sendo feito um abrandamento na proteção dela, ao rebaixá-la a um grupo inferior, devendo ser feito somente por meio de lei específica (...) A ampliação dos limites de uma área desse tipo também poderia

se dar mediante um decreto, se o instrumento normativo que lhe deu origem também tiver sido um decreto. Mas se a intenção for reduzi-la, proceder-se-á mediante lei específica, pois é o que diz o parágrafo 2º do mesmo artigo retrotranscrito, segundo o qual ‘a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica’”.

Na sentença, o magistrado explica que, diante do exposto, resta evidente a inviabilidade do Parque da Lagoa da Jansen ser modificado em seu “desfavor” (rebaixando-o a um grupo inferior ao que lhe pertence e reduzindo a sua área de proteção) por meio de um Decreto, visto que o instrumento normativo que lhe deu origem foi uma Lei, a Lei Estadual N° 4.878 de 23 de Junho de 1988. “Portanto, trata-se de área destinada à proteção do ecossistema local enquadrada no grupo das Unidades de Proteção Integral, e enquanto tal, deve assim permanecer até que outra Lei a altere, não sendo possível que a modificação dela se dê através de instrumento normativo de nível hierárquico inferior ao que lhe deu origem, pois o fim último desse tipo de área é a preservação do meio ambiente. Uso Sustentável é necessário consulta pública, nos termos do art. 22, § 2º e 6º da Lei Federal nº 9.985/2000. Não sendo suficiente a realizada, como no caso em análise, apenas através da internet em link disponível no website da Secretaria de Estado do Meio Ambiente”, enfatiza o magistrado na sentença.

E conclui: “Por todo o exposto, acolho os pedidos formulados pelo Ministério Público Estadual, com arrimo no que preceitua o artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e, por conseguinte determino a nulidade do Processo Administrativo nº 1761/2012 e do Decreto nº 28.690/2012”. a sentença é do dia 17 de outubro



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	OS	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Sumiço misterioso de 30 felinos da 'Praça dos Gatos' é apurado

Animais podem ter sido exterminados ou levados para outros locais da Grande São Luís

NELSON MELO

Um ativista independente está apurando o sumiço de gatos da famosa "Praça dos Gatos", localizada na Avenida dos Africanos, em São Luís, às margens do Rio Bacanga. Nogueira Filho, como ele se identificou, denunciou que, na quarta-feira (18), quando compareceu ao local, verificou que cerca de 30 animais desapareceram. Existe uma suspeita de extermínio ou remoção para outros pontos da cidade.

Segundo Nogueira, no dia 10 de outubro, ele recebeu uma denúncia anônima de que os gatos estavam sumindo de forma misteriosa do local, ao que, na data seguinte, seguiu à praça, a fim de averiguar de perto o que estava acontecendo. Lá, Filho disse que fez algumas filmagens, para deixar registrado e postar em seu Facebook, sentindo a falta de alguns felinos. Na quarta-feira, o ativista retornou à área e, durante uma contagem, verificou que 30 haviam sumido, inexplicavelmente.

Nogueira ainda não sabe onde estão os gatos que desapareceram, mas há informações que precisam ser verificadas e que sugerem que os animais foram retirados de lá e remanejados para outras praças da ilha, como em uma localizada no Conjunto Maiobão, município de Paço do Lumiar. Nesse outro ponto, foi detectado que houve um aumento repentino de felinos no trecho, o que reforça a hipótese de que foram colocados ali, e não que surgiram vindos das imediações.

A equipe de reportagem do **Jornal Pequeno** compareceu à "Praça dos Gatos" e notou poucos animais, entre 40 a 50. Um grupo de crianças que trafegava em bicicletas pelo local contou que também percebeu essa redução, e que alguns morreram atropelados ao atravessar a avenida, mas que isso não explicaria o desaparecimento de uma grande quantidade. De acordo com o ativista Nogueira, o trecho era



Segundo defensores dos animais e populares, número de gatos da praça está diminuindo aos poucos

ocupado até pouco tempo por aproximadamente 200 animais, e que, atualmente, existem entre 60 a 70. O número é inexato porque alguns se escondem na vegetação. Comerciantes que residem do

outro lado da Avenida Vitorino Freire disseram à reportagem que, de fato, o número de gatos diminuiu, o que é confirmado, também, por pessoas que fazem caminhada e corrida na área. O aposentado João Batista Sousa,

de 69 anos, expressou que, à noite, em algumas ocasiões, suspeitos se aproximam da praça somente para jogar comida envenenada aos felinos ou para maltratá-los, causando sofrimento aos bichos.

Juiz diz que apuração pode ser feita se o Ministério Público pedir

Procurado pela reportagem do JP, o juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, instância na qual tramita um processo para adoção de uma política de proteção aos gatos, disse que não consta desse procedimento a questão relacionada ao sumiço dos animais. Mas que, uma apuração poderá ser realizada, se o Ministério Público pedir providências em relação ao caso.

O juiz Douglas Martins lembrou que há um processo tramitando lá após o Ministério Público (MP) solicitar que o Município de São Luís fosse obrigado a colocar em prática uma política de proteção e acolhimento aos gatos daquela praça. Sendo assim, houve uma inspeção judicial no local no dia 6 deste mês, que foi acompanhada pelo MP, representantes da Prefeitura, ativistas independentes e membros de Organização não Governamental (ONG).

Depois de verificada a situação da concentração de gatos, ficou decidido que, em um prazo de 15 dias, a Prefeitura de São Luís teria de apresentar

uma proposta escrita para solucionar o problema de forma consensual, para encerrar o sofrimento e abandono dos bichos, que, em sua maioria, estão repletos de feridas. O JP encontrou um, inclusive, que está cego dos dois olhos e se movimenta guiado pelo miado dos demais em direção à ração doada por pessoas que se sensibilizam com o modo como eles vivem, sem donos e sujeitos aos maus-tratos e outros tipos de violência.

Passada esta visita, a "Praça dos Gatos" foi submetida a um procedimento de limpeza no dia seguinte, sendo que a ação foi realizada por uma equipe da Secretaria Municipal de Saúde (Semus). O próximo passo, como frisou o juiz Douglas, é a concretização de um acordo para acolhimento e tratamento, conscientização das pessoas para não abandonarem os animais. E criação de um programa para adoções destes bichos, que já passaram por situações que ganharam repercussão, como a matança ocorrida no dia 10 de janeiro deste ano. Naquela data, vários animais foram encontrados mortos, o que deixou a sociedade indignada. A principal suspeita recaiu sobre um homem que teria, de forma proposital, levado um cão da raça Pitbull para atacar os bichos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	20 / 10 / 2017	09	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Mais de 60% dos casos de trabalho escravo no Maranhão envolvem condições degradantes

O estudo do MPT-MA inclui também jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho forçado

Levantamento divulgado nesta quinta-feira (19) pelo Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA) revelou que, dos 52 procedimentos em curso sobre trabalho análogo ao escravo no estado, 61,5% envolvem condições degradantes como alojamentos inadequados, falta de banheiros, não fornecimento de água potável e alimentação insuficiente. Depois das condições degradantes, a jornada exaustiva é a segunda característica de trabalho escravo mais presente no Maranhão. Segundo o estudo, 21,1% dos casos em acompanhamento pelo MPT-MA envolvem a submissão de trabalhadores a esforço excessivo, sobrecarga ou jornadas longas e intensas.

A servidão por dívida é a terceira característica mais comum, totalizando 11,5% dos casos. Ela ocorre quando o trabalhador adquire um débito vinculado ao serviço. "Pode envolver gastos com alimentação, equipamentos de trabalho, transporte e aluguel. A cobrança pelo empregador é abusiva e a vítima não consegue sair dessa situação", adverte o procurador do Ministério Público do Trabalho, Marcos Sérgio Castelo Branco Costa. A quarta e última característica de trabalho escravo é o trabalho forçado, encontrado em apenas 5,7% dos casos sob investigação do MPT-MA. De acordo com o órgão, ele ocorre quando a pessoa é mantida no serviço por meio de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e

psicológicas.

LEGISLAÇÃO OFICIAL

Conforme consta no artigo 149 do Código Penal brasileiro, os quatro elementos que caracterizam o trabalho escravo são: condição degradante, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida. Cada um deles representa a violação de direitos fundamentais e fere a dignidade do trabalhador, colocando em risco a saúde e a vida das vítimas.

MUDANÇAS

No entanto, o Ministério do Trabalho publicou, na última segunda-feira (16), a Portaria N° 1129/2017, que modificou as características do trabalho análogo ao escravo. Desse modo, passou a ser exigida a restrição de liberdade de locomoção do trabalhador e a

manutenção de segurança armada pelo empregador, o que contraria o artigo 149 do Código Penal, que considera suficiente qualquer um dos quatro elementos para caracterizar o crime.

PEDIDO DE REVOGAÇÃO

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) recomendaram a revogação da Portaria ao Ministério do Trabalho (MTb). Foi concedido um prazo de 10 dias, que expirará na próxima sexta-feira (27). Os órgãos consideram a publicação inconstitucional e contrária ao que prevê o Código Penal e as Convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Trabalho escravo: 60% dos casos são degradantes

O estudo do MPT-MA sobre trabalho escravo revela condições degradantes como alojamentos inadequados, falta de banheiros, alimentação insuficiente, entre outras

Levantamento divulgado ontem pelo Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA) revelou que, dos 52 procedimentos em curso sobre trabalho análogo ao escravo no estado, 61,5% envolvem condições degradantes como alojamentos inadequados, falta de banheiros, não fornecimento de água potável e alimentação insuficiente.

Depois das condições degradantes, a jornada exaustiva é a segunda característica de trabalho escravo mais presente no Maranhão. Segundo o estudo, 21,1% dos casos em



Pode envolver gastos com alimentação, equipamentos de trabalho, transporte e aluguel. A cobrança pelo empregador é abusiva e a vítima não consegue sair dessa situação

Marcos Sérgio, procurador do MPT

acompanhamento pelo MPT-MA envolvem a submissão de trabalhadores a esforço excessivo, sobrecarga ou jornadas longas e intensas.

A servidão por dívida é a

terceira característica mais comum, totalizando 11,5% dos casos. Ela ocorre quando o trabalhador adquire um débito vinculado ao serviço. "Pode envolver gastos com alimen-

tação, equipamentos de trabalho, transporte e aluguel. A cobrança pelo empregador é abusiva e a vítima não consegue sair dessa situação", adverte o procurador do Ministério Público do Trabalho, Marcos Sérgio Castelo Branco Costa.

A quarta e última característica de trabalho escravo é o trabalho forçado, encontrado em apenas 5,7% dos casos sob investigação do MPT-MA. De acordo com o órgão, ele ocorre quando a pessoa é mantida no serviço por meio de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas.

LEGISLAÇÃO OFICIAL

Conforme consta no artigo 149 do Código Penal brasileiro, os quatro elementos que caracterizam o trabalho escravo são: condição degradante, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida. Cada um deles representa a violação de direitos fundamentais e fere a dignidade do trabalhador, colocando em risco a saúde e a vida das vítimas.

MUDANÇAS

No entanto, o Ministério do Trabalho publicou, na última segunda-feira (16), a Portaria Nº 1139/2017, que modificou as características do trabalho análogo ao escravo. Desse modo, passou a ser exigida a restrição de liberdade de locomoção do trabalhador e a manutenção de segurança armada pelo empregador, o que contraria o artigo 149 do Código Penal, que considera suficiente qualquer um dos quatro elementos para caracterizar o crime.

PEDIDO DE REVOGAÇÃO

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) recomendaram a revogação da Portaria do Ministério do Trabalho (MTB). Foi concedido um prazo de 10 dias, que expirará na próxima sexta-feira (27). Os órgãos consideram a publicação inconstitucional e contrária ao que prevê o Código Penal e as Convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	07	

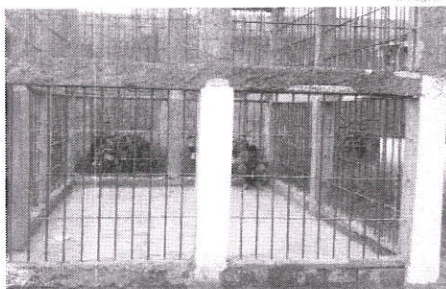
SMDH repudia modelo de segurança pública do Governo do Estado

Em nota divulgada ontem, entidade pede o fim do "gaiolão" adotado como cela em várias delegacias e punição para os agentes públicos envolvidos em crimes

ISMAEL ARAÚJO
Da redação de Polícia

O modelo de Segurança Pública e de Justiça Criminal do estado é profundamente equivocado, afirmou, em nota divulgada ontem em seu site, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). A nota manifesta, ainda, repúdio e indignação diante dos frequentes assassinatos ocorridos no Maranhão que têm como principais acusados agentes públicos. Somente este mês, quatro pessoas foram mortas, e os principais acusados são profissionais da Segurança Pública. O Maranhão tem uma das polícias que mais matam no país e é o sétimo colocado no Ranking Nacional de Letalidade Policial, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016.

Uma das pessoas mortas, com participação de agentes públicos, foi o empresário Francisco Edinei Lima Silva, de 43 anos, no dia 9 deste mês, na cidade de Barra do Corda. Ainda de acordo com a SMDH, ele foi preso provisoriamente, sem antecedentes criminais, e morto em decorrência de péssimas condições na Unidade Prisional de Barra do Corda.



Sociedade de Direitos Humanos pede a interdição dos gaiolões

A cela em que estava a vítima é denominada "gaiolão": um local sem cobertura, que não disponibiliza fornecimento de água e banheiro, sendo destinado a presos provisórios. A nota também afirma que esse tipo há nas delegacias das cidades de Pindaré-Mirim, Grajaú, e Icatu.

Praia Grande

Outra vítima foi Genyson Kleiton Machado Pereira, de 29 anos. Ele foi morto a tiros pelo policial civil Júlio César Batista Almeida, após ser confundido com um criminoso na madrugada do dia 7 de outubro deste

ano, na Praia Grande.

O policial foi preso em flagrante e conduzido ao plantão da Polícia Civil da delegacia da Cidade Operária, mas liberado no dia 8, durante a audiência de custódia, ocorrida no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

A terceira vítima foi o funcionário do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Ademar Moreira Gonçalves, de 36 anos. Ele foi executado na Avenida Litorânea, na noite do último dia 14, por um policial civil, lotado na Superintendência Estadual

de Investigações Criminais (Seic).

Ademar Moreira foi baleado nas costas e, ao perder o controle do seu veículo Honda Civic, de placas MAVU-3445, colidiu com três veículos: um Ford Fiesta, de placas PSF-7509; um Gol, de placas OJB-1131, e uma motocicleta Pop, de placas PSI-5994.

Morte em bar

No dia 15 deste mês, foi morto Tarciso Mota Miranda, de 30 anos, dentro de um bar, em Imperatriz, segundo a polícia, pelo sargento da Polícia Militar Candido Neto Vieira, e uma mulher, nome não revelado, também foi baleada.

Ainda segundo a nota, a SMDH clama pela rigorosa apuração das mortes ocorridas e pela responsabilização dos seus autores, bem como pela imediata interdição, pelo Governo do Maranhão, de todas as unidades prisionais dotadas de celas tipo "gaiolão", por se tratar de gravíssima violação aos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, numa clara afronta aos ditames estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Execução Penal e pelas normas internacionais de Direitos Humanos. ●

Polícia investiga duas mortes ocorridas na Ilha

Homem foi achado morto na Vila Magril, e uma ossada encontrada na área da Ponta do Bonfim

Dois mortos ocorridos na capital estão sendo investigados pela polícia. Na manhã de ontem, foi encontrada uma ossada humana, provavelmente do sexo feminino, em uma área de mangue, na Ponta do Bonfim. A polícia informou que a vítima pode ter sido morta na Ilhota ou no São Francisco e jogada ao mar há cerca de dois meses.

"No momento, não se pode identificar a vítima, o que deve ocorrer somente por meio de exame de DNA", explicou o delegado Walter Wanderley, do 5º Distrito Policial. Ele informou que os ossos estavam espalhados em meio às pedras e lama do mangue.

O delegado explicou que o local do achado é de difícil acesso, já que as pessoas só podem chegar via embarcação ou a pé quando o mar estiver baixa. Os peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) foram ao local para recolher a ossada e foi remanejada para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga.

Walter Wanderley declarou que equipes do 5º Distrito Policial e da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP) vão investigar esse caso. "Há possibilidade de essa pessoa ter sido assassinada na Ilhota ou no São Francisco e jogada ao mar. O corpo acabou preso no mangue do Bonfim. Vamos verificar se houve caso de desaparecimento nessas localidades", explicou o delegado.



Ossada do sexo feminino encontrada ontem, na Ponta do Bonfim

Mais achado

Uma equipe da SHPP ainda ontem estava tentando identificar os autores da morte de Wildson Baldez Silva, cujo corpo foi encontrado em uma área de matagal, na Vila Magril, área do Maracanã, na noite de quarta-feira, 18.

A vítima foi morta a golpes de faca e pauladas. Inclusive, a cabeça foi separada do corpo e os dois braços, decepados. Havia, ainda, marcas de golpes de faca no peito, nas pernas e no abdômen. O corpo da vítima foi levado para o IML, e somente na manhã de ontem liberado para os familiares. ●

Detentos que saíram no Dia das Crianças são executados

Crimes ocorreram em Imperatriz: uma das vítimas foi morta um dia depois de sua liberação e a outra, que não se reapresentou na data estabelecida pela Justiça, foi assassinada na quarta-feira

Dois internos da unidade prisional de Imperatriz, que haviam sido beneficiados com a saída temporária do Dia das Crianças, identificados como Francineudo de Lima Carvalho, o Spray, de 33 anos, e Erinaldo Fernandes de Sousa, de 35 anos, que deixaram o presídio no dia 11, foram mortos a tiros em Imperatriz. Francineudo de Lima foi morto na noite do dia 12, enquanto Erinaldo Fernandes, que não retornou no prazo estabelecido pela Justiça, foi assassinado na madrugada de quarta-feira, 18. Ainda ontem, a polícia não havia



Erinaldo Fernandes foi assassinado quando passava de bicicleta

conseguido prender os autores desses crimes que teriam sido motivados por acerto de contas ligado com a venda de droga. Cinco assassinatos já ocorreram este mês, na cidade.

"As duas vítimas respondiam pelo crime de tráfico de entorpecentes e provavelmente estariam devendo a algum traficante", declarou o delegado Eduardo Galvão, da regional de Imperatriz. Ele informou que os dois assassinatos estão sendo investigados pela Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoas de Imperatriz, que é coordenada pelo delegado Pri-

sivaldo Martins. A polícia, inclusive, já teria identificado os autores desses crimes e as buscas estão sendo realizadas visando capturá-los.

De acordo com as informações de Eduardo Galvão, Francineudo de Lima estava sentado na porta de sua residência, no bairro Bom Sucesso, em Imperatriz, um dia depois de ter sido liberado, quando foi alvejado com dois tiros desferidos por dois homens, que fugiram em uma motocicleta Bros. A vítima, que morreu no local, respondia por tráfico de drogas.

Já Erinaldo Fernandes passava de bicicleta no Parque das Mangueiras, em Imperatriz, na madrugada de quarta-feira, quando foi atingido com três tiros por pessoas não identificadas. A polícia e os socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) estiveram no local do fato.

A vítima ainda foi levada para o Hospital Municipal de Imperatriz

(HMB), mas morreu antes de ser submetida a tratamento cirúrgico. O corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) dessa cidade para a realização da autópsia e liberado em seguida para os familiares.

Mais mortes

Ainda este mês, foram registrados mais três assassinatos em Imperatriz. No último dia 5, foi assassinado durante um assalto o agente penitenciário Ribaony Pereira de Melo, na Vila Vitória.

Outra vítima foi o paraense Evandro dos Santos Chagas, de 32 anos, cujo corpo foi encontrado por populares com marcas de golpes de faca, no Parque Anhauguera, nas proximidades da ponte Dom Felipe Gregori.

Na segunda-feira, 16, o sargento da PM Cândido Neto Vieira foi preso, acusado de assassinar Tarciso Mota Miranda, de 30 anos. ●

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	08	

Onde está Ana Maria?

Família procura há 4 meses Ana Maria Rocha da Silva, vista pela última vez no bairro do Maiobão. Mãe de seis filhos, a mulher foi vítima de violência doméstica durante mais de 10 anos e pretendia deixar o marido

CAMILA LIMA

Vista pela última vez no bairro do Maiobão, Ana Maria Rocha da Silva desapareceu quatro dias depois de completar 35 anos. O dia 5 de junho de 2017 já é a data mais triste da vida dos filhos dela, que viram a mãe pela última vez por volta das 6h da manhã, quando se dirigiam à escola e ela chegava em casa após passar o fim de semana fora.

O caso foi registrado pela família e a polícia permanece realizando investigações a fim de encontrar respostas e culpados, já que, até o momento, uma incógnita persiste e chama atenção: se Ana Maria pretendia, de fato, fugir de casa (como afirma o marido dela), por que ela saiu de casa na sexta-feira, 2 de junho, passou o fim de semana fora e voltou para casa na segunda-feira, 5 de junho, para acompanhar o marido a uma consulta médica?



Ana Maria foi vista saindo de casa por um vizinho, no dia em que sumiu

Tudo que nós podemos fazer, já fizemos, mas não vamos deixar ser esquecido. Só queremos saber uma coisa: onde está Ana Maria?

Leonete Garcia

Violência doméstica, silêncio e ameaças

A família relata que o relacionamento entre Ana Maria e o marido não sempre foi conturbado e que, devido a isso, ela chegou a insistir para Graciana levando consigo os seis filhos (o que afasta a hipótese de que seu sumiço seja na verdade uma fuga, já que desde vez os filhos não foram levados). Segundo familiares, o marido não aceitou a viagem da esposa e a proibiu de voltar para casa onde, pouco tempo depois, as brigas voltaram. Durante os 20 anos em que esteve ao lado do marido com o qual teve seis filhos, Ana Maria sofreu frequentemente com espancamentos e ameaças. Como na maioria dos casos em que há violência doméstica, nesse, o modo de retaliações foi com que nem uma detenção fosse registrada pela vítima. O que poucas pessoas sabem é que alterações na legislação que ampara mulheres vítimas de violência perpetuada por familiares ou familiares, garante a vizinhos, por exemplo, o direito de registrar uma ocorrência caso presenciem algum tipo de agressão à mulher. A denúncia pode ser feita através de uma simples ligação para o número 190, a chamada é gratuita e a identidade de quem denuncia não é preservada.

Uma família em desespero

Acorar todos os dias sem saber onde está alguém que viu crescer é o dilema de Leonete Garcia. Aos 60 anos, Leonete luta há quatro meses para encontrar respostas e descobrir onde sua sobrinha foi parar. Ela conta que o caso de Ana Maria não ficará esquecido e fará o que for preciso para vê-lo solucionado. "Tudo que nós podemos fazer, já fizemos, mas não vamos deixar ser esquecido. Só queremos saber uma coisa, onde está Ana Maria?", disse. Com o sumiço que foi anunciado à família pelo vizinho da mulher, os seis filhos de Ana Maria precisam lidar com a falta da mãe e a mudança de residência, já que agora eles não moram mais com o pai. A filha mais nova, atualmente com 15 anos moram com a madrinha de Ana Maria, os filhos de 10 e 13 anos (os irmãos que viram a mãe horas antes do desaparecimento) passaram a viver na casa da avó materna, e o filho de 17 anos reside na casa do avô materno. A filha mais velha de Ana Maria, de 18 anos, vive em sua casa com o marido. O apelo da família é de que se alguém tiver alguma informação ou ver a mulher, ligue para os números 190, 98939-6816. Ana Maria foi vista pela última vez trazendo bolsa preta e shorts jeans.

Polícia encontra dificuldades

DOUGLAS CUNHA

O desaparecimento de Ana Maria Rocha da Silva começou a ser investigado pela Delegacia Especial do Maiobão, que fez os levantamentos preliminares, mas estes não avançaram e, então, o caso foi transferido para a Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP) e encaminhado para a Delegacia de Proteção à Pessoa. Os trabalhos investigativos foram retomados sob o comando do delegado Marcos Afonso Filho. Aquele autoridade disse que já ouviu depoimentos de familiares e amigos da mulher, porém, nenhuma pista do seu paradeiro ou do que possa ter lhe acontecido foi conseguida. Afonso o delegado Marcos Afonso, que tomou o depoimento do marido de Ana Maria, o pedreiro Edlon Diniz Mendes, de quem Ana Maria já estaria separada. Aquele homem, que é paraplégico e sofre de uma patologia crônica, disse que, no

dia do desaparecimento da mulher, a qual teria ido à sua casa, não viu ali e nunca mais soube qualquer notícia do seu paradeiro. Porém, dois filhos menores do casal afirmaram que ao saírem para a escola, encontraram com a mãe, próximo da residência da família e um vizinho disse que estava na porta de sua casa e viu quando Ana Maria saiu, fumando um cigarro e com os cabelos molhados, como se tivesse acabado de tomar banho. Este vizinho teria sido a última pessoa a ver Ana Maria. O delegado Marcos Afonso disse que a maior dificuldade está na falta de informações por parte de pessoas próximas de Ana Maria, que se negam a dar detalhes. Um exemplo é a identidade de um homem que seria o atual namorado de Ana Maria, pessoa que o delegado considera importante para esclarecer o paradeiro dela, que pode ter fugido da cidade, mas deixando com ele a sua atual localização.

ENTENDA O CASO

29/5

Ana Maria ligou para a mãe e, na ligação, afirmou estar bem. Porém, esse contato com a filha para comemorar o aniversário, no dia 19 de junho, mostrou a uma tia interesse em conversar pelo mãe e do que ela. Na chamada, a tia Leonete Garcia também conversou com a sobrinha e marcou um encontro no dia 9 de junho, em que Ana Maria efetuou o pagamento de roupas que havia comprado online. O encontro nunca aconteceu, pois no dia 5 a mulher desapareceu.

2 a 4/6

Ana Maria saiu de casa no dia 2 de junho pelo filho de 17 anos em direção à casa de uma amiga. O filho foi na casa da amiga e Ana Maria trouxe para a residência de uma amiga. Ela se sentiu mal para uma festa na Cidade Operária e retornou para a casa da família na madrugada de domingo, Domingo, 4 de junho. Ana Maria pegou o primeiro ônibus em direção a sua casa no Maiobão. Assim, ela pegou o último ônibus e chegou na rua de casa às 6h40; os filhos de 12 e 10 anos encontram a mãe no caminho para a escola. Os rapazes seguiram para a escola após uma rápida conversa com Ana Maria e ela caminha para casa onde encontraria o marido para o acompanhar a uma consulta médica. Depois disso, nunca mais foi vista. Os filhos de Ana Maria encontraram, dentro de casa, um dos filhos que está longe quando encontraram o pai. O marido da mulher afirmou, em depoimento à polícia, que sua esposa não chegou em casa e teria fugido.

1º/6

Ana Maria não compareceu ao compromisso marcado com a mãe. Ela completou 35 anos neste dia.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREÇÃO ELETRÔNICO Nº. 44/2017

O TPEMA torna público que realizará no dia 04/11/2017, às 15h (horas de Brasília) através do site: www.comprasgovernamentais.gov.br, o Pregão Eletrônico nº 44/2017, cujo objeto principal é aquisição de materiais de consumo para aquisição de Evidências, impressoras, membros de vidro e colchetes. O edital poderá ser adquirido pelo e-mail: licita@trfma.jus.br ou com o respectivo de um CD em um pen drive, na Rua do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, s/nº, São Antonio - São Luís/MA, CEP nº 65.120-900, Fone: (98) 3215-5500/3215-5501 FAX: (98) 3215-5504

Presidente: Oribson

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 702/17-SSP

A Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, através de seu representante legal e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação no modalidade Pregão Presencial nº 702/17 - SSP/MA, cujo objeto é aquisição de materiais de consumo para aquisição de Evidências, impressoras, membros de vidro e colchetes. O edital poderá ser adquirido pelo e-mail: licita@trfma.jus.br ou com o respectivo de um CD em um pen drive, na Rua do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, s/nº, São Antonio - São Luís/MA, CEP nº 65.120-900, Fone: (98) 3215-5500/3215-5501 FAX: (98) 3215-5504



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	12	

DRF prende trio acusado por assaltos a residências na Grande São Luís

NELSON MELO

Durante diligências ocorridas na manhã dessa quinta-feira (19), a Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) deu cumprimento a três mandados de prisão preventiva expedidos contra Danilo Pereira Boas, de 24 anos, o "Magrão"; Lucas Silva Correa, 22, conhecido como "Foca"; e Lucas Gonçalves Moreira, 18. De acordo com a Polícia Civil, eles são investigador por roubos a residências situadas no Araçagi, em São José de Ribamar. Sobre a localização dos foragidos, o delegado Marconi Matos, titular da DRF, esclareceu que os três foram presos na Vila Luizão, em São Luís, e são autores de um roubo ocorrido no dia 17 de setembro deste ano no Araçagi e outro registrado no Miritiua, também em São José de Ribamar, no dia 16 de agosto. Com essas prisões, a Delegacia de Roubos e Furtos já capturou 129 criminosos envolvido em assaltos a residências, somente



Trio apontado como membro de quadrilha responsável por assaltos a residências na região metropolitana

em 2017, nos quatro municípios situados na Grande São Luís. Os três foram apresentados, por volta das 10h30, na Superintendência de Polícia Civil

da Capital (SPCC). Conforme informações da Polícia Civil, a quadrilha é formada por seis suspeitos, sendo que três continuam foragidos. Seis

inquéritos intaurados na DRF em que eles aparecem como autores. 130 ocorrências no mesmo período. 20 ocorrências neste ano.

DIVULGAÇÃO/DRF



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Policia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	() Outros
() Extra	() Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017	12
		() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Imperatriz

Passageiro é flagrado com pistolas e munições dentro de ônibus

O passageiro de um ônibus foi preso em flagrante no sudoeste do Maranhão na manhã dessa quinta-feira (19), por volta das 7h30, com duas pistolas, sendo uma de calibre ponto 40 e outra de calibre 380, na cidade de Imperatriz. Mário dos Santos Trindade, de 27 anos, levava, ainda, dentro do coletivo, várias munições e um colete balístico. A abordagem aconteceu em um trecho da BR-010.

Conforme explicações do tenente-coronel Ilmar, que comanda o 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), duas equipes da Força Tática (FT) pararam o ônibus

após o recebimento de denúncia anônima. Além das duas pistolas e do colete balístico, foram encontrados com o suspeito oito carregadores calibre ponto 40; três de calibre 380; 65 munições calibre ponto 40; 20 munições calibre 380; uma capa de colete; um coldre; uma mochila e documentos pessoais.

Ilmar frisou que Mário, ao ser questionado sobre a origem das armas e das munições, respondeu que trabalha como vigilante e que precisa do armamento. Mas, como foi verificado, essa versão do suspeito não é verdadeira. (NELSON MELO)



Mário dos Santos, as pistolas e munições transportadas por ele em ônibus

Foragido da Justiça por roubo é localizado pela Seic

Como resultado de monitoramento feito pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), um foragido da Justiça foi localizado no decorrer dessa quinta-feira (19) na área da Lagoa da Jansen, em São Luís. Paulo Leandro da Silva Guimarães, de 30 anos, como se chama o criminoso, tem contra si um mandado de prisão decretado pela 3ª Vara Criminal referente ao delito de roubo.

Depois de localizado pela equipe e ouvido, pontuou Tiago Bardal, chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Paulo foi levado ao Centro de Observação Criminológica de São Luís, no Complexo Penitenciário São Luís. (NM)



Paulo Leandro estava foragido e foi preso pela Seic, na Lagoa da Jansen

Perseguição resulta em prisão de suspeito com arma de fogo

Uma guarnição do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) capturou, na noite de quarta-feira (18), Bruno dos Santos da Conceição, em abordagem ocorrida na Rua São Francisco, bairro Seriema, na cidade de Caxias, Região dos Cocais. A equipe do Esquadrão Água 2 prendeu o suspeito após uma perseguição, que resultou, ainda, na apreensão de uma arma de fogo de calibre 32, por volta das 20h30.

O tenente-coronel Marcio Silva, responsável pelo 2º BPM, relatou que Bruno estava acompanhado de um comparsa, mas este conseguiu escapar. No Distrito Policial, o rapaz foi reconhecido pelas vítimas que foram assaltadas pela dupla. (NM)

Preso suspeito de assaltar agência dos Correios em Chapadinha

Em uma operação conjunta, envolvendo a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) e Delegacia Regional de Chapadinha, foi localizado Edivaldo Reis, mais conhecido como "Tapo", nessa quinta-feira (19). Ele era procurado em virtude do roubo contra a agência dos Correios daquela cidade, crime ocorrido no dia anterior. A quantia em dinheiro no valor de R\$ 15 mil foi apreendida com o suspeito.

Esse dinheiro, de acordo com informações da polícia, fora subtraído da agência na tarde de quarta-feira (18) por volta das 15h30. Com o suspeito, os policiais também recolheram munição de pistola calibre ponto 40. De acordo com esclarecimentos da Seic, Edivaldo já responde criminalmente a processos por roubo e homicídio qualificado, e, atualmente, usufruía de prisão domiciliar. Na superintendência, em São Luís, "Tapo" foi autuado por roubo majorado pelo emprego de arma e concurso de pessoas, e porte ilegal de munição de calibre restrito.

O ASSALTO

Quatro homens armados participaram do assalto, mas somente dois entraram nos Correios, enquanto a outra dupla ficou do lado de fora, dando cobertura. No interior da agência, os bandidos renderam o segurança, os clientes e funcionários. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	20/10/2017	07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Operação policial resulta na apreensão de armas de fogo em Imperatriz e Pinheiro

Na última terça (17) policiais do 3º BPM foram informados que Renan Matos Dos Montes (20 anos) e Francisco Lucas Paixão (19 anos) haviam efetuado disparos de arma de fogo em via pública e que utilizavam a referida arma para a prática de assaltos na região. Ao realizarem diligências na localidade escutaram disparos de arma de fogo e conseguiram interceptar os autores do fato. Com eles foi encontrada uma espingarda tipo "bate-bucha", uma recipiente contendo pólvora, um

recipiente contendo chumbo e uma haste de ferro.

No mesmo dia uma viatura de área perseguiu dois indivíduos numa moto biz e na perseguição, os homens se acidentaram e abandonaram a moto roubada.

Na manhã do dia da quarta (18) policiais do GTM - 3º BPM em rondas na área da Nova Imperatriz avistaram dois elementos armados, efetuando um roubo a motocicleta Biz preta de placa JPG-9606. Foi iniciada uma perseguição que resultou na prisão dos homens.

PINHEIRO - Na tarde da última terça-feira (17), policiais militares lotados na cidade de Pinheiro, detiveram David dos Santos Lobato. Ele foi flagrado com uma arma conhecida como 'garruncha' e conduzido até a delegacia. No mesmo dia, também foi apreendido um adolescente que estava exibindo uma arma calibre 38 em via pública. Assim que a polícia se aproximou ele escondeu o revólver em uma residência, mas depois a proprietária autorizou a entrada dos policiais que encontraram o armamento.

Passageiro de ônibus é preso com duas pistolas

O passageiro de um ônibus foi preso em flagrante no sudoeste do Maranhão na manhã desta quinta-feira (19), por volta das 7h30, com duas pistolas, sendo uma de calibre ponto 40 e outra de calibre 380, na cidade de Imperatriz. Mário dos Santos Trindade, de 27 anos, levava, ainda, dentro do coletivo, várias munições e um colete balístico. A abordagem aconteceu em um trecho da BR-010.

Conforme explicações do tenente-coronel Ilmar, que comanda o 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), duas equipes da Força Tática (FT) pararam o ônibus após o recebimento de denúncia anônima. Além das duas pistolas e do colete balístico, foram encontrados com o suspeito oito carregadores calibre ponto 40; três de calibre 380; 65 munições calibre ponto 40; 20 munições calibre 380; uma capa de colete; um coldre; uma mochila e documentos pessoais.

Foragido da Justiça por roubo é capturado por equipe da Seic

Como resultado de monitoramento feito pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), um foragido da Justiça foi localizado no decorrer desta quinta-feira (19) na área da Lagoa da Jansen, em São

Luís. Paulo Leandro da Silva Guimarães, de 30 anos, como se chama o criminoso, tem contra si um mandado de prisão decretado pela 3ª Vara Criminal referente ao delito de roubo.

Depois de localizado pela

equipe e ouvido, pontuou Tiago Bardal, chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Paulo foi levado ao Centro de Observação Criminológica de São Luís, no Complexo Penitenciário São Luís.

Homem rouba moto após pedir carona no Piauí e acaba preso no Ceará

Na última quarta-feira (18), a polícia efetuou a prisão de um homem identificado como Antônio Elder Alves de Sousa acusado de roubar uma motocicleta na cidade de Castelo do Piauí na noite do último sábado (14). O homem foi preso na cidade de Crateús, no Ceará.

O acusado roubou a motocicleta após pedir carona à

vítima para ir à uma festa na cidade piauiense, ao chegar no local a vítima foi rendida e além do veículo, teve os documentos roubados. Após o crime, o acusado fugiu para o Ceará.

Após ser preso, o homem confessou o crime e afirmou que havia vendido a motocicleta.

Trio é preso suspeito de tráfico de entorpecentes na Vila Luizão

Uma operação realizada pela polícia na manhã desta quinta-feira (19) prendeu três homens na região da Divinéia e Vila Luizão. A Polícia Civil buscava 11 alvos, mas apenas três foram localizados.

Os suspeitos capturados foram José Ribamar Silva Vilar, conhecido como "Maresia"; Welison Rodrigues dos Santos, conhecido como "Babal"; e Werson Rodrigues dos Santos.

TRÁFICO DE DROGAS

Uma equipe do esquadrão Tornado, do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM), prendeu, na manhã desta quinta-feira (19), Victor Diniz Souza, de 20 anos, suspeito pelo crime de tráfico de drogas no bairro do Anil, em São Luís. Victor foi apreendido com aproximadamente 50 g de maconha. Ele foi apresentado no 3º Distrito Policial do Radional.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	20 / 10 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Idoso é autuado por estupro de vulnerável

Um idoso de 82 anos, identificado como Raimundo Martins de Sousa, foi preso e autuado em flagrante, na quarta-feira (18), pelo crime de estupro de vulnerável. Ele é suspeito de abusar sexualmente de uma adolescente de 13 anos, que sofre de problemas mentais. O caso teria acontecido no Bairro Vila Macedo, periferia de Imperatriz.

A prisão foi efetivada após vizinhos verem a adolescente entrar na residência, do idoso. Os vizinhos teriam invadido o local e viram o homem só de cueca. A menor foi encontrada pelada dentro do quarto.

Ainda segundo os vizinhos, a garota sempre frequentava a casa do idoso, o que levantou desconfianças. Em depoimento ao delegado de plantão, a criança confirmou que Martins teria tirado sua roupa e tocado em suas partes íntimas. O homem foi autuado e está à disposição da justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MANDADO DE PRISÃO

Foragido da Justiça por roubo é localizado pela Seic



Como resultado de monitoramento feito pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), um foragido da Justiça foi localizado no decorrer de ontem (19) na área da Lagoa da Jansen, em São Luís. Paulo Leandro da Silva Guimarães, de 30 anos, como se chama o criminoso, tem contra si um mandado de prisão decretado pela 3ª Vara Criminal referente ao delito de roubo.

Depois de localizado pela equipe e ouvido, pontuou Tiago Bardal, chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Paulo foi levado ao Centro de Observação Criminológica de São Luís, no Complexo Penitenciário São Luís.

Paulo era foragido em virtude mandado de prisão



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 10 / 2017	08	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Policial aposentado é espancado e roubado dentro de casa

Um policial civil aposentado foi espancado por três homens na frente dos netos, no bairro do Maracanã, zona rural de São Luís, na noite de anteontem (18). De acordo com informações da Polícia Militar, o trio jogou feijão quente no corpo da vítima e agrediu os netos.

Eles procuravam pela arma do ex-policial, mas não encontraram, e decidiram fugir em seguida, levando alguns pertences.

Pouco depois da fuga, equipes do 21º Batalhão da Polícia Militar (BPM) localizaram dois dos suspeitos na rua 04 do Residencial Amendoeiras, no Maracanã, na residência de familiares.

Ao avistarem a chegada da polícia, os dois homens, identificados como Carlos Daniel e Danilo Souza Mendes, tentaram pular o muro para fugir, mas apenas Danilo conseguiu. Em seguida, Carlos Daniel foi preso.

Pouco depois o terceiro suspeito de envolvimento no crime, identificado como Alexnilson Diniz da Cruz, conhecido como "Mondrongo", foi localizado em casa, onde foram encontrados os pertences roubados da vítima.

Com ele foram encontrados um revólver calibre 32 com numeração ilegível; duas munições; uma porção de maconha de 27 gramas; um tablet branco; três celulares; um relógio e duas camisetas, objetos roubados do policial civil.

Os suspeitos foram encaminhados para o Distrito Policial de Pedrinhas e serão acusados de latrocínio na forma tentada.

A Polícia segue procurando Danilo Souza Mendes.

Trio é preso suspeito de tráfico de entorpecentes

Uma operação realizada na manhã de ontem (19) prendeu três homens na região da Divinéia e Vila Luizão. A Polícia Civil buscava 11 alvos, mas apenas três foram localizados.

Os suspeitos capturados foram José Ribamar Silva Vilar, conhecido como "Maresia"; Welison Rodrigues dos Santos, conhecido como "Babal"; e Weverson Rodrigues dos Santos.

Todos foram autuados em flagrante por tráfico de entorpecentes.

Após ser atropelada por carro, mulher é esmagada por caminhão

Uma tragédia foi registrada no Povoado Altos, na zona rural de Caxias. Uma mulher morreu esmagada por um caminhão na BR 316, após ter sido atropelada por outro veículo. Ela estava atravessando a pista, quando foi atingida pelo primeiro veículo.

Estavam com ela as suas netas de sete e nove anos, que presenciaram o acidente.

Seic captura líder do CV no BF e foragido por homicídio

Foi capturado, em decorrência de mandado de prisão preventiva expedido pela 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís, Lucian Carlos Lima Brandão, de 28 anos, no Turu, bairro situado na capital maranhense, na manhã de quarta-feira (18). Este homem era procurado por ter matado Windson Paulo Soares no dia 18 de janeiro de 2013, sendo considerado o líder da facção Comando Vermelho (CV) no Bairro de Fátima.

O delegado Tiago Bardal, chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), explicou que a vítima desse homicídio não resistiu após ser atingida por três disparos de arma de fogo no bairro da Areinha, em São Luís, na Rua 48. Conforme a fonte da Polícia Civil, Lucian ainda é investigado pelo Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO) por integrar uma facção criminosa, "motivo pelo qual também responde à ação penal pela prática de organização criminosa armada", delito descrito no Artigo 2º, §2º da Lei 12.850/13.

De acordo com Bardal, depois de ser localizado, o criminoso foi levado ao Centro de Observação Criminológica e Triagem de São Luís, "onde permanecerá à disposição da Justiça".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/10/2017	07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

BARRA DO CORDA

Mesmo após morte de comerciante, "jaula" ainda continua sendo usada em delegacia

Uma equipe de TV local conseguiu registrar imagens que flagraram na tarde desta quarta-feira (19), a presença de presos na 'jaula' localizada nos fundos da delegacia de polícia do município de Barra do Corda, a 452km de São

O fato acontece dez dias após a morte do comerciante Francisco Edinei Lima Silva, que passou mal após ficar 18 dias preso no local.

Um vídeo mostra os presos no momento em que recebiam visitas dos seus familiares no gaiolão. Nas imagens é possível registrar, pelo menos, dez detentos e cinco familiares no momento. Na segunda-feira (16), a Justiça do Maranhão iniciou uma inspeção no gaiolão para verificar as condições nas quais o preso foi submetido no interior da delegacia.

Por meio de nota, o Governo afirma que vem trabalhando para acabar com a presença de presos em delegacias no Maranhão. No que diz respeito à delegacia de Barra do Corda, o Governo enfatiza que as delegacias existentes no município serão reestruturadas com a construção de novos prédios mais modernos e acrescenta que a estrutura a céu aberto existente na cidade está sendo usada temporariamente para banho de sol e visitas.

A nota lamenta ainda a morte de Francisco Edinei Lima Silva e esclarece que foi aberto inquérito policial para apurar as condições da morte do comerciante.



Presos no momento em que recebiam visitas dos seus familiares na jaula de Barra do Corda

Leia a íntegra da nota:

Desde o início da gestão, o Governo vem trabalhando para extinguir a presença de presos provisórios em delegacias.

Desde janeiro de 2015, o número já foi reduzido de 1.600 detentos para menos de 800, mesmo com aumento de 50% da detenção de suspeitos, graças à ação mais efetiva das forças de segurança. No caso específico de Barra do Corda, as três delegacias da cidade serão assumidas pela Secretaria de Administração Penitenciária para construção de novos prédios com os padrões de modernização hoje utilizados pelo Governo do Maranhão. Até o início das obras, a estrutura a céu aberto existente na cidade está sendo usada temporariamente para banho de sol e visitas. Por fim, o Governo do Maranhão lamenta com pesar o desfecho do caso da morte do comerciante Francisco Edinei Lima Silva, vítima de uma crise de hipertensão, e reitera que foi aberto inquérito policial para apurar as condições de sua morte.

De acordo com o laudo do Instituto do Médico Legal de Imperatriz, o comerciante de 40 anos, morreu por conta de um AVC (Acidente

vascular cerebral). Na cela, Francisco passou mal e foi levado a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde morreu. A Defensoria Pública do Maranhão informou que fez um relatório, em fevereiro deste ano, alertando autoridades para a situação desumana dos presos de Barra do Corda.

Após a entrega do relatório as autoridades, a Justiça do Maranhão negou em agosto deste ano um pedido de liminar contra o Estado do Maranhão ajuizado pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e Defensoria Pública Estadual (DPE) que solicitava a interdição total da cadeia pública. O pedido foi negado pelo juiz Antônio Elias de Queiroga Filho, que afirmou que nenhum dos documentos apresentados a título de emenda inicial foram juntados.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) divulgou nessa terça-feira (17), uma nota repudiando o modelo de Segurança Pública e de Justiça Criminal do Maranhão. Na publicação, a SMDH pede que o Governo do Maranhão interdi-te de forma imediata o uso de gaiolão no estado.

(PORTAL G1-MA)